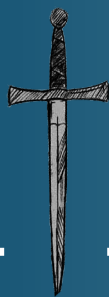


Fanzine



Número 3 | Março 2021

*VIVE
LA
COMMUNE!*

EDITORIAL

Celebra-se, em 2021, o 150º Aniversário dos épicos eventos da Comuna de Paris.

Não é objeto da FANZINE, fazer “*História pela História*”. Enquanto publicação de um Soberano Capítulo do Rito Francês, posicionamo-nos no Aqui e Agora, e assumimos a Modernidade e a Razão, como fatores de Progresso, no Futuro. Todavia, a Comuna de Paris foi um momento histórico, no qual foram abordadas questões, tais como o desejo de República, de Justiça Social, de Igualdade de Género, de Liberdade de Expressão e, de Laicidade do espaço público, que foram retomadas em todos os processos revolucionários progressistas subsequentes, que levaram à Construção dos nossos Estados Democráticos e Sociais Modernos. Daí, que nos tenha parecido oportuno, no presente número, não só evocar esta efeméride, como também a utilizar como base para reflexões mais centradas na atualidade, numa perspectiva de defesa destes valores.

Fazer estes “*Eternos Retornos*” a determinados eventos históricos, que introduziram roturas, e momentos de desconstrução, necessários a reconstruções da Sociedade em patamares mais elevados de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, não só constituem uma justa homenagem a todos aqueles que foram Artesãos do Progresso Social, como nos recordam da necessidade de defesa permanente dos avanços civilizacionais alcançados. Todas as construções humanas são frágeis, e as conquistas devem ser permanentemente e, empenhadamente defendidas. Nestas homenagens retornamos à origem, maçonicamente falando regressamos à Terra, onde reencontramos o lema “**VIGILÂNCIA E PERSEVERANÇA**”, que igualmente se aplica ao Templo Exterior.

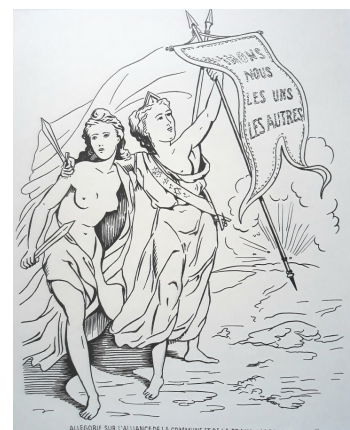
Também Portugal teve as suas Revoluções marcantes, que não ocorreram em maio, mas sim em outubro e abril. Encaremos assim esta nossa reflexão sobre a Comuna como um alerta, para a necessidade de as recordarmos e dignificarmos, pois ao fazê-lo, estaremos a defender os valores, e as conquistas que as mesmas nos trouxeram, tendo sempre presente, que não há Revolução que extinga completamente a Reação. Sejamos, pois, Maçons de combate, continuamente na linha da frente, na luta pelos nossos ideais.

E, recordando este breve excerto de um poema do “*Communard*” e Irmão Jean-Baptiste Clément, retornemos mais uma vez ao “*Le Temp des Cérises*”, homenageando todos os Mártires, e todos os Heróis, conhecidos e desconhecidos, da Comuna de Paris.

*“On traque, on enchaîne, on fusille
Tous ceux qu'on ramasse au hasard
La Mère à Côté de sa fille
L'enfant dans les bras du Vieillard...”*

Viva a Comuna! Viva a República!

Joaquim Grave dos Santos



ÍNDICE

1 - EDITORIAL

Joaquim Grave dos Santos

TEMA DE CAPA

3 - SEMENTES

Alberto Lourenço

6 - O DIREITO À REVOLUÇÃO

Vasco Lourenço

8 - LA COMMUNE ET NOUS

Jean Paul Révauger

10 - DESOBEDIÊNCIA CIVIL

Ricardo Gaio Alves

13 - A COMUNA DE PARIS E A MAÇONARIA, POR CÁ

Joaquim Grave dos Santos

18 - CARTA A EUGÈNE VARLIN

M. B.

RITO FRANCÊS

23 - REFLEXÕES SOBRE O RITO FRANCÊS

P. G.

PORTUGAL ENTRE COLUNAS

25 - LISBOA - GOMES FREIRE DE ANDRADE

António Gargaté

DEGUSTAÇÕES

27 - RECENSÕES

- “1717 L’initiation de la franc-maçonnerie Rétablissement d’une vérité historique”

- “Commune de Paris et franc-maçonnerie ou les rendez-vous du 1er mai”

- “Communisme et franc-maçonnerie ou la 22ème condition...”

Publicação digital do

SOBERANO CAPÍTULO
FRATERNIDADE
ao Vale de Lisboa

GRANDE CAPÍTULO GERAL DE
PORTUGAL - RITO FRANCÊS

Contacto: fanzine81@gmail.com

Diretor

ALBERTO LOURENÇO

Editor

JOAQUIM GRAVE DOS SANTOS

conselho editorial

ANTÓNIO GARGATÉ

NUNO DIAS PEREIRA

NUNO DE SOUSA NEVES

PEDRO GONÇALVES

RICARDO GAIO ALVES

Design

JOÃO G.



S.º C.º FRATERNIDADE
G.º C.º G.º P.º - R.º F.º
6009

TEMA DE CAPA

SEMENTES

sementes

a Comuna de Paris, de 1871, projeto efêmero em termos de tempo histórico, e falhado em termos de consecução de objetivos, por via da repressão brutal de que foi alvo, produziu, ainda assim, muitas ideias e ideias, algumas lendas e alguns mitos, símbolos, mas sobretudo sementes

e as sementes, como se sabe, acabam por germinar, quando encontram condições propícias para o fazer

foi assim com a democracia ateniense que, pese embora, todos os erros e insuficiências apontados por aqueles que insistem em analisar o passado com os olhos e a cultura que têm hoje, nos deixou muitas sementes, esquecidas e enterradas por mais de dois mil anos até que, no século das Luzes, começariam a germinar, primeiro humildemente, depois a desabrochar com alguma pujança, criando jardins mais confortáveis, a seguir pequenos bosques, neste mundo estranhamente tão pouco dado a equilíbrios ecológicos



Semeuse - gravura de 1897 de Oscar Roty

e sempre foi ficando a ideia de equidade e justiça social

justiça social

a revolução de 1789 que demorava a consolidar-se e abria várias décadas de rebeliões, desorganização social, alternância de regimes, repúblicas que não vingavam, regressos de monarquias efêmeras, império pelo meio, não resolveu e, porventura, agravou as profundas desigualdades sociais, entre o povo, a fome e a miséria que faziam parte do quotidiano

enquanto alguém morrer de fome às portas de um palácio em que tudo abunda, não poderá haver qualquer estabilidade nas instituições humanas (Eugène Varlain)

foi tempo de tentar acertar o passo entre uns e outros e todos, era tempo de estabelecer, para começar, o equilíbrio dos direitos e oportunidades

pelo que ficou a ideia de igualdade

sim, a igualdade de direitos entre mulheres e homens foi uma realidade assumida e praticada durante a vigência da Comuna, o direito a trabalhar como os homens, o direito a salário igual para igual trabalho, o direito de associação, enfim, o direito básico de serem reconhecidas por aquilo que são, pessoas

também a igualdade de cidadania é desde logo reconhecida aos estrangeiros, vistos e tratados como iguais, sendo de notar a eleição do húngaro Léo Frankel para o Conselho da Comuna com um cargo equivalente a ministro do trabalho, bem como a nomeação de Jaroslaw Dombrowski e Walery Wroblewski, ambos polacos, ambos maçons, para os comandos militares da Guarda Nacional e da russa Elisabeth Dimitrieff para a União das Mulheres para a Defesa da França

aquele povo que, com acentuado sentido nacionalista, defendia a sua pátria contra a ameaça prussiana deixava agora passar a ideia emergente de internacionalismo

internacionalismo



Fotografia de François Franck, 16 de maio de 1871

a demolição da coluna de Vendôme, que celebrava a vitória da Grande Armée de Napoleão na batalha de Austerlitz, foi o primeiro sinal que, simbolicamente, sustentava a ideia de se celebrar a paz e não a guerra, de promover a amizade entre os povos em vez de acicatar ódios antigos, injustificados e injustificáveis

a luta, assumida, não era apenas pela república, mas pela república universal, que agregasse os povos em torno de valores e desígnios comuns, independentemente das nações e suas delimitações físicas

(a ideia viria a ser recuperada por Lenine, que a vê, no entanto, derrotada pelas visões centralistas de Staline e Trotsky, aquando da formação da União Soviética)

e, persistentemente, mantém-se a ideia de república

república

J'entends un long cri d'agonie:
- Le peuple s'est-il révolté
Pour écraser la tyrannie
- Et rappeler la Liberté?
Mais non! C'est un rêve qui passe,
Car sur le globe tout s'est tu,
Le vent seul souffle dans l'espace...
- Pauvre République, où vas-tu?
Où vas-tu?

poema de Eugène Chatelain, veterano da revolução de 1848 e que depois de em 1851 ter estado nas barricadas republicanas, contra o golpe de Luís Bonaparte, viria a combater nas barricadas da Comuna, onde avançavam os ideais republicanos e se davam os primeiros passos no estabelecimento da laicidade

trinta e quatro anos antes da lei francesa de 1905 (e quarenta anos antes da lei da separação de Afonso Costa) a Comuna de Paris estabelece a separação da Igreja e do Estado

institui a escola pública mista, laica e gratuita e reconhece as uniões conjugais livres

no cimo do edifício do Hôtel de Ville continuava hasteada a bandeira vermelha



bandeira vermelha

costuma dizer-se que o vermelho da bandeira tem a ver com a faixa vermelha que, na bandeira tricolor francesa representa o povo
mas diz a lenda que ela é a soma de todas as bandeiras que, de tantas revoluções e tantos combates por que passaram, ficaram vermelhas, tintas de sangue, independentemente da cor original

nas barricadas da Comuna as bandeiras eram negras

ALBERTO LOURENÇO





O DIREITO À REVOLUÇÃO

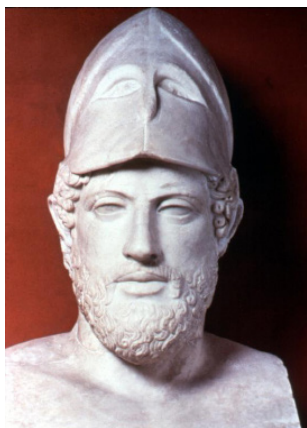
Tem o Homem, o ser humano, O Direito à Revolução?

Ou, se preferirmos, **O Direito à Contestação, à Resistência, à Revolta**, que pode levar à **Revolução**? Sendo a **Felicidade** o bem maior a que o **Homem** aspira, com **total legitimidade**, e sendo esta **apenas possível em Liberdade** - como Péricles afirmou e eu subscrevo - parece-me absolutamente inatacável o **Direito do Homem a Resistir contra quem lhe queira tirar a Liberdade e a Revoltar-se contra os que consigam atingir essa ignomínia!**

Ora, se isso só for possível com uma **Revolução**, lógico é que o **Homem tem direito à Revolução!** Direi mais, vivendo o ser humano, desde os primórdios da civilização, em comunidade, também me parece inatacável que o **Homem tem, não só o Direito de lutar pela sua Liberdade, mas também o Dever de lutar pela Liberdade da sua comunidade, quando esta não usufrui da mesma, isto é, quando existir uma Ditadura que lhe usurpou a Liberdade a que tem pleno direito.** Contudo, temos de lembrar que Péricles também afirmou que **para atingir a Liberdade e a manter, é indispensável a Coragem!**

A História Universal ensina-nos que a História da Humanidade se pode reduzir ao somatório das lutas entre os que querem dominar e oprimir os demais seres humanos e os que recusam viver sem Liberdade. Infelizmente, a História também nos ensina que os períodos onde se usufrui das Liberdades colectivas e individuais têm sido bastante mais curtos, que os períodos onde ditadores oprimem povos, com a prática das mais tenebrosas violações dos Direitos Humanos!

Se, essas lutas sempre existiram, temos de aceitar que foi há pouco mais de duzentos anos que as maiorias oprimidas, as chamadas de arraias miúdas, se revoltaram e lutaram pela sua **Liberdade, pelo seu Direito a uma sociedade mais Justa, portanto mais Feliz!**



Foi quando essas maiorias, que pouco ou nada tinham a perder, **venceram o Medo e assumiram a Coragem de lutar pela sua Felicidade!** Foi aí que o Mundo viu surgir uma **nova solução política - já tentada e experimentada, mas só então de forma aberta e não envergonhada - que se impôs como a menos má de todas as soluções conhecidas.**

Falo da Democracia, também só possível se houver Liberdade! Por isso, tão difícil tem sido a sua implantação e a sua consolidação, nas várias partes do Mundo!

Importa salientar que, nesta luta, **tem desempenhado importantíssimo papel a Maçonaria Universal!** O que lhe permite ocupar um lugar no pódio, dos que se bateram pela **implantação da Liberdade e da Democracia, o mesmo é dizer, pelo respeito dos Direitos Humanos!** Pessoalmente, tive a sorte - mas também a capacidade de a aproveitar - de poder participar na luta vitoriosa desencadeada em Portugal, para se derrubar a mais longa ditadura da Europa no século XX e pela libertação dos povos oprimidos! Luta que se estendeu aos povos colonizados por Portugal, que viram as suas possibilidades de libertação fortemente reforçadas pela luta contra a ditadura portuguesa.



Largo do Carmo, Lisboa, 2014

Lamentavelmente, esses povos libertados, rapidamente caíram em novas ditaduras, com guerras civis à mistura...

As suas riquezas, não resistiram à cobiça de potências estrangeiras e as Liberdades colectivas e individuais continuaram ausentes, com as consequentes violações dos Direitos Humanos...

A minha condição de militar permitiu-me juntar à indispensável **Coragem**, a também indispensável **Força**, para que o **objectivo possa ser alcançado**.

É sabido que as **ditaduras criam as condições para a sua própria destruição!** No caso português, a **existência de um Guerra colonial, fortemente injusta, ilegítima e iníqua**, para onde era empurrada toda a juventude masculina, **permitiu aos jovens Oficiais dos quadros permanentes - nos quais me incluía - a abertura dos olhos para a realidade portuguesa**.

Foi o princípio do fim, para a ditadura!

Foi perante a realidade, crua e violenta, dessa guerra de guerrilhas, que **os meus sentimentos de Justiça social, de amante da Paz e da Liberdade, despontaram, se moldaram e se consolidaram!**

Depois dessa realização - num processo de que muito me orgulho - decidi entrar na família maçónica, já lá vão 20 anos.

Não conhecia a Maçonaria, não conhecia sequer que se batia pelos valores da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade, valores que a Revolução Francesa transformara na sua bandeira!

Não demorei muito a perceber que, antes de ser Maçon, já era Maçon!

Serei suspeito a afirmá-lo, mas considero que, **sendo os valores de Abril muito semelhantes aos valores maçónicos, a generalidade dos Capitães/Militares de Abril são Maçons sem o saberem, são Maçons sem terem sido iniciados e terem recebido a Luz!**

Hoje, Militar e Maçon - na senda de uma vez Aprendiz, Aprendiz toda a vida - continuo a tentar manter a indispensável **Coragem** para cumprir o que considero ser o meu maior **Dever**, enquanto ser humano: **Lutar pelo Direito a usufruir da Liberdade, para alcançar a Felicidade, seja o meu pessoal, seja o dos meus semelhantes. Nesse sentido, considero que todos os que se reclamam pelos valores da Maçonaria têm o Direito e o Dever à Revolução, se a Resistência e a Revolta não os levarem a alcançar a Liberdade!**

Lisboa, Janeiro de 2021

Vasco Lourenço

LA COMMUNE

ET NOUS.

La Commune de Paris occupe une place singulière dans notre imaginaire politique. Pour les courants ou les pays conservateurs, comme l'Angleterre, elle est une ré-édition de la Révolution française de 1789, réduite à la Terreur, et la brièveté de l'expérience fut une bénédiction. Pour d'autres, au contraire, elle s'inscrit dans la martyrologie du camp progressiste, aux côtés de la Terreur blanche, du coup d'Etat du futur Napoléon III en 1851, de l'occupation allemande et de la dictature pétainiste pendant la dernière guerre. Enfin, l'audace de l'entreprise ne peut laisser même le cynique indifférent : lancer une insurrection ouvrière au moment où les Prussiens étaient aux portes de Paris, dans le but d'empêcher les canons qui défendent la capitale de leur être livrés et de tomber entre leurs mains n'était pas rien. Le caractère patriotique des motivations originales est d'ailleurs significatif.

La combinaison d'une démarche sociale et patriotique est un phénomène récurrent, en France comme dans bien d'autres pays. Qu'il s'agisse de la Levée en masse de 1792 pour défendre la France contre l'offensive des monarchies européennes coalisées venant au secours de la royauté ou de la Résistance au nazisme, on retrouve la même convergence. Enfin, le caractère prométhéen de la Commune « partant à l'assaut du ciel » selon la formule consacrée, a été soulevé par tous, même par ceux qui, à l'instar de Marx, émettaient des critiques sur la stratégie employée. L'héroïsme d'ouvriers, d'hommes et de femmes du peuple pratiquement désarmés, à l'exception de la Garde Nationale, sans entraînement et sans le minimum d'organisation centralisée qu'une opération militaire de grande ampleur exige ne fait pas de doute.

La culture de la barricade, acquise par les ouvriers parisiens pendant les Trois Glorieuses avait démontré son efficacité pendant la première moitié du siècle, mais Napoléon III avait fait percer de larges avenues par le Baron Haussmann, permettant l'usage de l'artillerie aussi bien que les charges de cavalerie



Commune de Paris retro illustration

face auxquelles les amas de pavés étaient dérisoires.

La Commune fut pour la gauche ouvrière, socialiste ou libertaire, un échec cuisant.

La répression par l'armée française, récemment battue par les Prussiens, fut sanglante, et surprit beaucoup par sa férocité. 30 000 morts, et de nombreuses condamnations à la prison et au bagne mirent à genoux la gauche pour 20 ans. Les causes de l'échec sont connues. La classe ouvrière parisienne était isolée à la fois sociologiquement et politiquement. La France était encore un pays essentiellement rural. Le capitalisme financier avait certes pris son essor sous le second empire, mais l'industrie était concentrée en région parisienne et dans l'est et le nord du pays. Malgré d'importantes différences d'une région à une autre, la masse des paysans n'était pas gagnée aux idées socialistes, et l'influence de l'Église était encore prépondérante. La pauvreté ne conduit pas mécaniquement à la révolte.

Les tentatives menées dans plusieurs villes du sud de la France pour soutenir la Commune de Paris furent rapidement réprimées et étouffées dans l'oeuf. Politiquement, même en région parisienne, le camp révolutionnaire, certes dominant parmi les ouvriers et le petit peuple, ne pouvait vaincre durablement en restant isolé, et sans alliance avec les républicains progressistes. La Révolution de 1848 avait été un succès car elle avait vu l'alliance des socialistes et des républicains bourgeois, symbolisés les uns par le personnage de Blanqui et les autres

par celui de Lamartine. La rupture entre les deux courants avait immédiatement conduit à l'échec de la 2^{ème} République. Certes, la République succéda à l'Empire, mais le camp conservateur resta extrêmement puissant à l'Assemblée, et le vote permettant de choisir entre la République et le retour de la royauté ne fut obtenu qu'avec une seule voix de majorité. Le déclenchement de l'insurrection fut critiqué par Marx, mais, de façon tout aussi significative, notre F Guiseppe Garibaldi, bon connaisseur et praticien des stratégies insurrectionnelles et des guerres révolutionnaires, refusa d'apporter son soutien à une opération qu'il jugeait désespérée.

Il n'est pas très étonnant que, pendant des décennies, un profond ressentiment ait animé la gauche et l'extrême gauche, jusqu'à amener certains anarchistes à pratiquer le terrorisme. Quant à l'armée française, elle trouva de nouveaux moyens d'exprimer son héroïsme grâce à la colonisation, qui lui permit d'aller caracoler dans les oueds et les rizières. Les réflexes réactionnaires d'une partie du commandement apparurent en pleine

lumière en 1898, à l'occasion de l'affaire Dreyfus.

Le ressentiment et l'inquiétude des Républicains vis-à-vis de la culture politique des militaires amenèrent d'ailleurs un ministre, le Général André, à demander le fichage politique des militaires royalistes – « la fameuse affaire des fiches » - opération à laquelle le Grande Orient apporta son secours, ce dont il n'a pas à rougir.

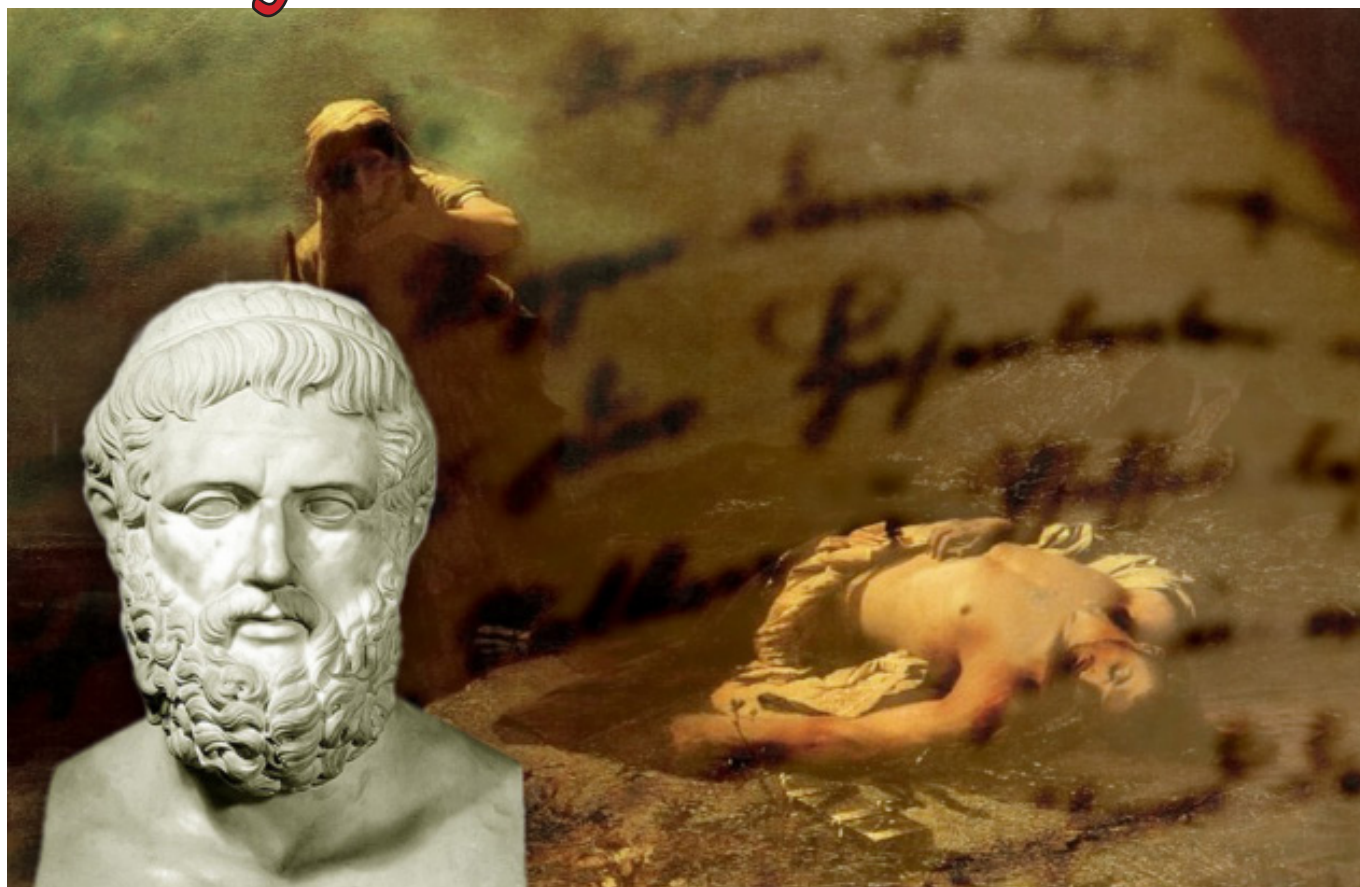
Les rapports entre les deux composantes de la gauche française, l'une plus radicale, voire révolutionnaire que l'autre structurent son histoire, du « cartel des gauches » jusqu'au Front populaire, à l'union de la gauche sous Mitterrand et à la gauche plurielle de Lionel Jospin. La figure héroïque du Communard, honnie ou révérée, et le souvenir de la répression ont hanté la France pendant au moins un siècle, jusqu'à ce que la diminution numérique de la classe ouvrière donne à ce sursaut mythique un aspect un peu anachronique. Le temps a estompé les cicatrices, mais la Commune continue à faire partie de l'histoire de l'Europe et de notre héritage commun.

Jean Paul Révauger, TSPM du SC Emancipation, Vallée de la Côte d'argent, Temple d'Arcachon.



La Liberté guidant le peuple, Eugène Delacroix, 1830

DES O BEDIÊNCIA CIVIL



Desobediência civil é a recusa, individual ou organizada por um grupo, de obedecer a leis ou ordens das autoridades de um Estado. Obviamente, distingue-se da desobediência armada, conducente a actos de terrorismo ou de guerra civil. Todavia, a desobediência civil nem sempre é plenamente não violenta: o acto de desobedecer, incumprindo de forma passiva ou activa as leis e ordens do Estado, acarreta potencialmente um confronto violento, que não sendo o objectivo é, no entanto, um risco muitas vezes assumido.

A desobediência face ao Estado começa por um ditame inultrapassável da consciência – um acto de liberdade, portanto. Como no caso de Antígona, que na peça teatral de Sófocles, se revolta contra a decisão do poder da cidade de manter o cadáver do seu irmão, Polinice, «insepulto, sem homenagens fúnebres, e presa de aves carniceiras». Antígona opõe-se ao decreto da autoridade – representada por Creonte – e insiste em sepultar o seu irmão,

motivada por amor familiar e lealdade pessoal. Insiste em fazê-lo, mesmo sabendo que a consequência da sua acção será a morte: «quanto a meu irmão, eu o sepultarei! Será um belo fim, se eu morrer tendo cumprido esse dever». O desafio de Antígona a Creonte, é um exemplo de desafio à arbitrariedade de um tirano, um desafio que parte de uma determinação inelutável da consciência – e, portanto, da liberdade do indivíduo – mas que se torna político, e em que quem desobedece, o faz consciente de consequências graves ou mesmo fatais.

Modernamente, a defesa mais elaborada e veemente da desobediência civil é a do filósofo Henry David Thoreau¹ na sua obra «Civil disobedience»:

«Não pode haver um governo em que não sejam as maiorias a virtualmente decidir o certo e o errado, mas sim a consciência? (...) O cidadão deve, por um momento que seja, ou no mínimo grau,

¹ Henry David Thoreau (1817-1862) viveu em Massachusetts (EUA) e é particularmente conhecido, entre outros ensaios, pelas suas obras “Walden” e “Civil disobedience”.

*entregar a sua consciência ao le-gislador? Por que tem cada homem uma consciência, então? Acho que deve-mos ser homens primeiro, e súbditos depois. Não é desejável cultivar mais res-peito pela lei do que pelo correcto.»*²

O ponto de partida da desobediência civil é novamente uma recusa, por determinação da consciência, de contemporizar com algo eticamente inaceitável.

Concretamente, Threau afirma que não pode «reconhecer como [seu] governo aquele que é também o governo do escravo», partindo, portanto, de uma recusa ética e pessoal da escravatura para negar a legitimidade a um governo que permitia essa instituição vil e degradante. Mais urgentemente, à data em que este ensaio foi escrito, a guerra contra o México, através da anexação do Texas, ameaçava desequilibrar a Federação a favor dos Estados escravagistas.

A forma concreta de desobediência civil preconizada por Thoreau é recusar o mais fundamental dos deveres dos Estados modernos: pagar impostos («se mil homens não pagassem os seus impostos este ano, não seria uma medida tão violenta e sangrenta quanto seria pagá-los e permitir ao Estado cometer violência e derramar sangue inocente»³). Argumenta ainda que se deve colocar o representante do Estado – o cobrador de impostos – perante o espelho da sua própria consciência, desafiando-o a demitir-se para não colaborar com uma iniquidade. Registe-se que Thoreau foi efectivamente preso pela sua recusa em pagar impostos, mas que só passou uma noite na prisão porque beneficiou de um amigo que lhe pagou o imposto que era devido.



E, note-se, quanto aos limites da própria desobediência civil, que quando a resistência pacífica fracassava Thoreau não excluía a defesa de métodos violentos de luta, pois em 1859 enalteceu o ataque armado do ex-escravo John Brown a um arsenal militar da Virgínia⁴, uma acção que pretendia levar os escravos do Sul à revolta.

O ideal da desobediência civil tem fragilidades que devem ser reconhecidas. Uma é que, abstraída do contexto histórico em que foi feita, a defesa de Thoreau da desobediência civil pode ser apropriada para objectivos muito diferentes, até opostos, desde quem contesta o governo por promover a guerra e o imperialismo até quem rejeita a pura e simples existência de impostos. Outra é que dos argumentos filosóficos a favor da desobediência civil, especialmente quando enfatizam o direito de cada um, por um dever de consciência, opor-se à autoridade e às leis do Estado, pode extrair-se, no limite, uma crítica da democracia representativa. Esta fragilidade pode não o ser, na medida em que é a desobediência civil que permite, em muitas situações, combater a tirania da maioria, um abuso de que os regimes democráticos não estão isentos.

É caso para perguntar, neste ponto, se a liberdade dos cidadãos, que correm sempre o risco de serem súbditos da maioria, fica melhor protegida se a Constituição incluir (mesmo que de forma limitada) o direito a desobedecer ao próprio Estado. A resposta tem que ser que sim, e curiosamente parece ser o caso da Constituição portuguesa, na primeira parte do seu artigo 21º:

«todos têm o direito de resistir a qualquer ordem que ofenda os seus direitos, liberdades e garantias»⁵.

As formas práticas de desobediência civil são muitas, e geralmente passam por recusar a

2 “Can there not be a government in which majorities do not virtually decide right and wrong, but conscience? - in which majorities decide only those questions to which the rule of expediency is applicable? Must the citizen ever for a moment, or in the least degree, resign his conscience to the legislator? Why has every man a conscience, then? I think that we should be men first, and sub-jects afterward. It is not desirable to cultivate a respect for the law, so much as for the right.” (Henry David Thoreau, em “Civil disobedience”, primeiro publicado em 1849, mas adapta-do de um discurso de 1848).

3 “If a thousand men were not to pay their tax bills this year, that would not be a violent and bloody measure, as it would be to pay them, and enable the State to commit violence and shed innocent blood. This is, in fact, the definition of a peaceable revolution, if any such is possible.”

4 “A Plea for Captain John Brown”, Henry David Thoreau, 1859.

5 Constituição da República Portuguesa, artigo 21º: «Direito de resistência: todos têm o direito de resistir a qualquer ordem que ofenda os seus direitos, liberdades e garantias e de repelir pela força qualquer agressão, quando não seja possível recorrer à autoridade pública».



colaboração com o Estado, ou dificultar e boicotar a acção das suas instituições ou agentes, através de acções como cortar o trânsito («sit-ins»), invadir edifícios públicos, ou ser refractário ao serviço militar (em tempos de guerra, mas também em tempo de paz enquanto afirmação pacifista); em muitas situações ainda, a desobediência civil toma a forma de praticar um acto ilegal mas que se pretende legalizar, como consumir publica e ostensivamente substâncias ilegais ou praticar certas formas de discurso que estão proibidas.

Um exemplo histórico de desobediência civil é o boicote, organizado por Martin Luther King Jr. e outros líderes negros, da empresa de transportes públicos de Montgomery (Alabama), após Rosa Parks se recusar a ceder a um passageiro branco o seu lugar (que era legalmente reservado a brancos).

Outro exemplo histórico é o movimento de «não cooperação» organizado por Gandhi contra o colonialismo britânico na Índia, que consistiu em apelar a todos os indianos que se retirassem de funções que apoiavam o governo ou a economia britânica (da função pública às fábricas), que boicotassem a compra de bens e que não pagassem impostos. Como é sabido, ambas as campanhas aqui referidas tiveram sucesso.



Existe evidentemente quem argumente por um dever de conformismo, obediência e submissão. A exortação mais emblemática nesse sentido é provavelmente o excerto seguinte da Bíblia:

«Que todos se submetam às autoridades públicas, pois não existe autoridade que não venha de Deus, e as que existem foram estabelecidas por Deus. Por isso, quem resiste à autoridade opõe-se à ordem querida por Deus, e os que se opõem receberão a condenação.»⁶

Naturalmente, o argumento de Paulo de Tarso não será válido para quem não tem crenças religiosas, ou para quem as tendo coloca a sua espiritualidade fora do campo político. A terminar, vale a pena responder à objecção comum de que se a desobediência civil fosse maioritária, ou sequer muito generalizada, seria impossível a um Estado funcionar, e que se cairia na anarquia. Em defesa da dissidência, diga-se que se a anarquia tem as suas dificuldades práticas e problemas, o despotismo ou o mero abuso de poder são certamente muito piores. É o indivíduo e as minorias poderem lutar contra o poder excessivo do Estado, que impede a degeneração da democracia, torna legítimo o poder e garante a liberdade.

Ricardo Gaio Alves

Fevereiro de 2021

⁶ Bíblia Sagrada, Cartas de Paulo: «Romanos», nº13 (atribuído a Paulo de Tarso).



A COMUNA DE PARIS E A MAÇONARIA, POR CÁ



Naquela quinta-feira, 20 de janeiro de 1876, um pouco antes das 20 horas, grande parte da Lisboa elegante acorreu ao “Theatro do Gymnasio Dramático”, para assistir a mais uma representação,

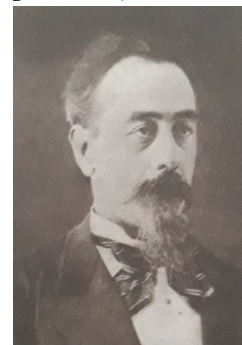


desta vez em benefício de um dos principais atores da Companhia, Joaquim d’Almeida. Tal como tinha sido anunciado no “Diário Ilustrado” desse dia, iria representar-se uma pequena comédia num ato, “Por causa de duas cartas”, como prelúdio do ponto alto do programa dessa noite, a estreia do Drama em quatro Atos de António Cunha Belém, intitulado

“O Pedreiro Livre”. O elenco prometia, integrando as principais figuras da Companhia do “Gymnasio”, para além do ator beneficiado.

Nomes como Eduardo Brazão, César Polla, Eloy, Maria das Dores, Emília dos Anjos ou Jesuína, eram muito apreciados pelo público da época.

No dia seguinte, o mesmo “Diário Ilustrado” noticiou o acontecimento, sendo referido que: “Representou-se ontem no Theatro do Gymnasio, em benefício de Joaquim d’Almeida, o drama “O Pedreiro Livre”, do nosso colega e amigo Cunha Belém. É difícil julgar uma composição daquela ordem, numa só representação, mas ainda assim parece-nos poder afiançar que o “Pedreiro Livre” é peça a conservar-se por largo tempo em cena; não só pela linguagem que é verdadeiramente admirável, como pelos efeitos e pela doutrina que apresenta. Cunha Belém foi muito vitoriado em todos os atos, tendo muitas chamadas no final do drama. Aopalcofoi uma comissão de maçons cumprimentá-lo, existindo referências que uma das Lojas de Lisboa o ofertara com uma escrivanhina de prata e uma pena de ouro. O beneficiado recebeu muitos brindes e muitos aplausos...”



Cunha Belém



Manuel Pinheiro Chagas

Entre o público presente esteve Manuel Pinheiro Chagas, na sua dupla qualidade de crítico teatral, e de íntimo amigo (e doente) do reputado médico Cunha Belém, jornalista, escritor, oficial do exército, deputado às Cortes e, membro de relevo do Grande Oriente Lusitano Unido. Calcula-se, pois, que Pinheiro Chagas tenha assistido com

Certamente Manuel Pinheiro Chagas ouviu, no quarto ato do drama, o ator Polla, na pele da personagem Victor de Castro, a propósito do muito recente conflito Franco-Prussiano, dizer: *“Os maçons prussianos souberam calar de tal maneira o sentimento do seu patriotismo vitorioso, que trataram com inexcusáveis distinções os maçons franceses, tanto nos hospitais como nos depósitos de prisioneiros; e pelo seu lado, os maçons franceses, impondo silêncio aos seus ódios pelos vencedores, à sua humilhação de vencidos, ao seu orgulho patriótico, não se recusaram a prestar testemunho de gratidão aos seus irmãos alemães...”* Provavelmente, Pinheiro Chagas terá recordado os acontecimentos ocorridos em Paris há menos de 5 anos, nos quais maçons *“Communards”* se confrontaram com Irmãos do exército de Versailles, degenerando o conflito no horror da *“Semana Sangrenta”*, e da posterior repressão dos vencidos. Certamente que não terá deixado de considerar idílica esta ideia de Cunha Belém, no que concerne à Fraternidade Maçónica em tempo de guerra.

PROCES DES MEMBRES
ou
COMMUNA DE PARIS
PAR LOUIS DE LA HARPE

THIERS, AULI, CHASSAGN, KELLERST, JOURDIN,
GONNET, FAVRETTI, CHAMPEL, VERDIER, LILLIER,
FLORENCE, MONTMAY, MONTMAY,
THIBAT, CLERMONT, RAFFINOT, BOURGEM,
PARENT & LAMBERT.

L'ARCHE
Maison de la République
100, rue de la République, 75001 PARIS

O seu livro é, todavia, muito focalizado para rebater as ideias políticas das correntes de esquerda radical, que influenciaram a Comuna de Paris empolando todos os excessos cometidos. Se Pinheiro Chagas reconhecia que tudo tinha partido de uma situação de injustiça, todo o seu livro é uma ampla argumentação de que “*Sem um poder legítimo, um braço armado é criminoso*” e, no seu entendimento, os responsáveis pela Comuna de Paris não eram representantes legítimos do povo, nem atuaram de acordo com alguns dos valores que defendiam no seu discurso, nomeadamente no que se reportava a um princípio que lhe era muito caro, o da Liberdade de Imprensa.

14

A esse respeito podemos ter uma ideia, lendo a crítica que ele fez, a esta peça. A mesma foi publicada no “*Diário Ilustrado*” de 28 de Janeiro, transcrita do “*Diário da Manhã*”, e apresentada como “admirável artigo sobre o drama o Pedreiro livre do nosso amigo Cunha Belém”. Sobre a peça, escreveu Pinheiro Chagas o seguinte:

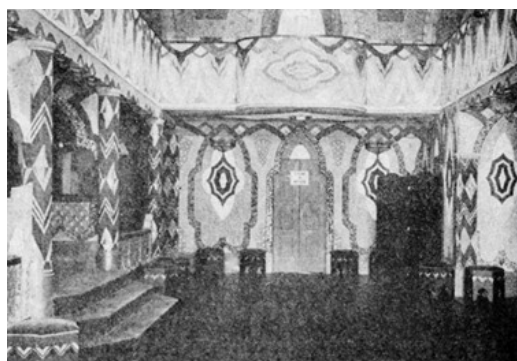
“Desfazer o velho preconceito, que ainda hoje persegue a maçonaria, mostrar o que ela é na realidade – uma associação fraternal, de auxílio mútuo, de solidariedade benéfica, de santas doutrinas, estranha a lutas partidárias, estranha mesmo às lutas religiosas, apesar de ter incorrido no ódio da cúria romana, procurando tanto quanto cabe nas suas forças, espalhar a luz e fazer o bem, tal foi o fim que o talentoso escritor, que escolheu para nome de guerra literária o pseudónimo Cristóvão de Sá, teve em mira quando escreveu o seu drama, que anteontem o público do Ginásio cobriu de aplausos e festejou com ruidosa ovação.

A maçonaria! Quantos de entre nós e dos mais liberais, e de vista mais clara e mais lavados espíritos, não conservam no fundo do animo contra essa instituição um preconceito vago, cuja origem não sabem explicar! Motiva-o por acaso, o saberem que a maçonaria trabalhou a favor da causa revolucionária? Não decerto, porque os que alimentam este preconceito intuitivo amam a revolução e defendê-la-iam à custa do seu sangue! Mas na sua infância as mães falaram-lhe com um terror vago numa instituição misteriosa cujos segredos, os iniciados não podiam revelar sob pena de morte, falaram-lhes nuns homens que cingiam um avental e partiam em segredo para umas reuniões noturnas, onde se celebravam cerimónias e ritos desconhecidos! E as crianças estremeciam ao ouvirem estas histórias de pavor, e escondiam a cabeça debaixo da roupa! Depois cresceram, fizeram-se homens, os papões deixaram de lhes meter medo, mas fizeram-nos rir. O avental deixou de se lhes afigurar horripilante, mas pareceu-lhes ridículo. Deixaram de ter medo da maçonaria, mas não a tomaram a sério. Confundida com todas as outras. Croquemitaine da infância, passou para o limbo das puerilidades, e o conhecimento do ritual não concorreu pouco para lhe dar ainda uma feição mais cómica. Os nomes de guerra que podem transformar o nosso respeitável colega Sr. Tomás Quintino Antunes no irmão Leónidas, e o Sr. Eduardo Coelho em Alexandre Magno, a tecnologia especial dos veneráveis e vigilantes e outras fórmulas antiquadas, que tinham as suas

grandezas nos tempos em que se criaram, mas que hoje fazem um contraste cómico deveras com o meio social, em que a maçonaria se vê enquadrada, tudo isto contribuiu para transformar a maçonaria aos olhos de muitos numa espécie de irmandade do Santíssimo profana, em que se entra para se vestir capa nos dias de solenidades, e em que há também os seus carolas mais inofensivos e tanto mais divertidos quanto mais a sério tomam todo aquele simbolismo pseudo-terrível, que é tão deslocado numa sociedade, que vive tranquilamente na rua nova do Carmo e na rua da Atalaia, ou onde é, como seria de estalar o riso o simbolismo da iniciação, na sagrada ordem de cavalaria aplicada a um honrado regedor, que recebeu o hábito de Cristo por serviços eleitorais.

Era essa a mais séria dificuldade que o distinto escritor ia encontrar na sua frente: não o preconceito do ódio, mas o preconceito da indiferença desdenhosa.

O Pedreiro livre no Brazil, onde a maçonaria está sendo uma instituição de combate, podia encontrar diante de si os clamores odientos, em Portugal encontrava o sorriso...”



Certamente, logo após a representação, Pinheiro Chagas não terá tardado a visitar o elegante “foyer” de cavaco do Ginásio, onde naquela Lisboa de “*Belle Époque*”, de acordo com o crítico de teatro Júlio César Machado, “...se travavam discussões salvadoras sobre questões de arte ou de estética, sobre uma causa em tribunal ou um artigo de jornal literário, morte ou casamento, mudança de ministério ou farsa nova...”.

Eram frequentes as presenças, neste espaço, de Mendes Leal, Paulo Midosi, Silva Matos, Vieira de Castro, Ramalho Ortigão, Maximiliano de Azevedo, Ferreira de Mesquita, Rangel de Lima, António Enes, Rafael Bordalo Pinheiro, para além de Cunha Belém e de Pinheiro Chagas, que mesmo quando foi Ministro não deixou de frequentar este

convívio de escritores e cavaqueadores. Provavelmente, nessa noite de sucesso do amigo Cunha Belém, não terá pensado muito nos mais de 20 000 mortos causados pela repressão da Comuna de Paris.



Louise Michel

Não foi pródigo em 1888 em atacar, num artigo publicado no jornal lisboeta “O Repórter”, a escritora e militante anarquista Irmã Louise Michel, referindo que ela “...pode declamar à sua vontade e chamar o povo à revolta, com a condição que o primeiro “Gendarme” que aparecer há de ter o direito de recompensar as suas declarações com dois pontapés, “vou savez ou”, como faria a qualquer meliante macho que se achasse nas mesmas condições...”. Estas declarações claramente machistas, e reacionárias, não agradaram ao meio anarquista português, tendo saído uma resposta, no jornal “Revolução Social”, na qual se referia “Pois bem, nós no mesmo uso dos mesmos direitos que assistem ao Sr. Manuel

Pinheiro Chagas, não lhe oferecemos um pontapé, mas denunciarmo-lo à vingança popular para que ela saiba cumprir a sua vontade...”. E, a Vingança ocorreu mesmo, transformando-se em crime. Quando estava para subir para um “americano”, no Rossio, a caminho do Parlamento, Pinheiro Chagas foi agredido à bengalada por Manuel Joaquim Pinto, ex-cabo de Infantaria e Professor do Ensino Livre, enquanto Albino Gomes de Moraes e Manuel José Martins Vaqueiro distribuíam aos outros passageiros do “americano” exemplares do mesmo jornal anarquista. O crime não ficou impune, os agressores foram condenados a penas de prisão, e Pinheiro Chagas recuperou do forte traumatismo craniano que sofreu, assistido pelo seu amigo, e colega no Parlamento, Dr. Cunha Belém.



Manuel Joaquim Pinto

Todavia, a Comuna e os “*Communards*”, estiveram presentes no resto da sua vida causando-lhe sérios dissabores. Muitas foram as vezes que usou a sua escrita acutilante para condenar as ideias, e os participantes destes acontecimentos.

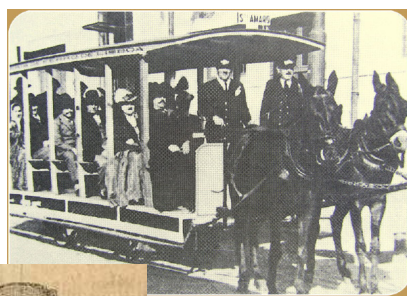
Passados 150 anos, o maior tribunal, que é o da História, fez justiça à Comuna de Paris, e à Maçonaria Portuguesa. A primeira foi seguida de várias outras Revoluções, e os ideais de República, Liberdade, Justiça Social, Laicidade, e Igualdade de Género foram valores que voltaram a ser defendidos, desde então, por todos os Artesãos do Progresso Social.

Mesmo na Maçonaria Francesa, que se dividiu neste conflito, e cujas cúpulas se apressaram a condenar os Irmãos “*Communards*”, logo no dia 29 de maio, após a queda, na véspera das últimas barricadas, o envolvimento de políticos Maçons, como o foram Adolphe Crémieux, Jules Simon, ou Gambetta, em prol de uma amnistia dos envolvidos, foi uma realidade.



Assim, como o têm sido as sucessivas jornadas realizadas todos os primeiros de maio, junto ao “*Muro dos Federados*”, no Cemitério do Père-Lachaise, que reúnem as principais Obediências numa homenagem conjunta a estes homens e mulheres, que ergueram as suas bandeiras vermelhas contra a injustiça, e a opressão.

Como em 29 de abril de 1871, quando Maçons de 55 Lojas de Paris saíram à rua paramentados, em apoio da Comuna, e levaram aos “postos avançados” os seus estandartes, também nestes primeiros de maio os velhos estandartes saem dos Templos, para virem homenagear os mártires desta revolução, realçando a necessidade de todos os Maçons estarem sempre prontos, para defender os seus ideais de Liberdade, Igualdade, Fraternidade e Laicidade.



Também à Maçonaria Portuguesa, envolvida numa ação empenhada e profícua em prol da educação, do registo civil, da separação entre a Igreja e o Estado, na instauração da República, na oposição à Ditadura e, na construção do Estado Social moderno, a História fez justiça. Ninguém dúvida hoje que a Maçonaria, em geral, e o Grande Oriente Lusitano, em particular, foram agentes construtivos, numa longa História de envolvimento sociais.

O Direito à Revolução, é algo que se encontra presente no espírito fundacional da Ordem e, elegantemente plasmado nas “Charges” das Constituições de 1723, ditas de Anderson, mas realmente escritas por John Theophilus Desaguliers. É a herança do pensamento “Whig”, sustentado no empirismo filosófico de John Lock, que legitima o direito de os súbditos se rebelarem, se os governantes violarem o pacto social, impedindo-os do exercício dos seus direitos naturais. É o espírito Moderno da primeira Grande Loja, forjado na “Gloriosa Revolução”, que depôs os Stuarts, defensores do Absolutismo, e da Religião única. São estes mesmos Stuarts, que alguma Maçonaria mais Post-Modernista, mais ou menos Guénoniana, pretende reabilitar, esquecendo-se que, no Tribunal da História, os Stuarts foram condenados por serem os reacionários, e que não há “Tradição Primordial”, que possa subverter os factos históricos.

Se a Comuna de Paris não foi um exemplo positivo, para a geração de Pinheiro Chagas, o mesmo não se passou com a “Geração de Setenta”, que congregava intelectuais como Antero de Quental, Eça de Queiroz, Teófilo Braga, Augusto Soromenho ou Oliveira Martins. Apesar de violentamente atacada pela imprensa ultramontana católica, e mesmo com a proibição de venda de publicações que lhe foram favoráveis, como ocorreu com o folheto “A Comuna de Paris e o Governo de Versalhes”, de José Falcão, não deixou de ser marcante para o florescimento, no nosso país, de correntes socialistas, consubstanciado na fundação de uma secção da Associação Internacional dos Trabalhadores, nesse mesmo ano (1871). Também a visita a Portugal de “Communards”, como Paul Lafargue, Lucien Combatz, e Alfredo Fillon contribuíram para o desenvolvimento destas correntes políticas, de esquerda radical.

Também Portugal teve as suas Revoluções progressistas que fizeram evoluir a nossa Sociedade, no sentido de mais Justiça, e de mais Liberdade. Importa salvaguardar esta memória coletiva de luta, enquanto cimento, que na Unidade dos Valores, pode contribuir para a construção da União dos Homens. Cimento este que o Maçon deve aplicar, com a Trolha numa mão, na Grande Obra do nosso Templo Exterior, sem esquecer de ter na outra,

a Espada, pois as Construções Hamanas são efémeras, e os retrocessos civilizacionais sempre possíveis. Estar à frente do tempo, para contribuir para a construção de um tempo novo, é uma característica comum aos Maçons e aos Revolucionários, pelo que se deseja uma “Maçonaria de Combate”, ativa e empenhada no Aqui e Agora, na qual cada um de nós possa afirmar, como o fez o “Communard” e Irmão Jules Vallés, que “... no domínio do pensamento, ninguém tem direito de dizer ao meu: tu não irás mais longe...”.

E, chegar mais longe, é sempre a principal ambição de Maçons de um Rito horizontal, como é o Rito Francês, no qual cada um pretende chegar, em absoluta Liberdade de Consciência, ao limite da sua Razão.



Jules Vallés

Maçonarias, “irmandade do Santíssimo profana”, nas palavras de Pinheiro Chagas, reduzidas à recitação de rituais, à feira de vaidades das “colarites”, à livre expressão dos Egos, e à retórica dos afetos não sentidos, são mais do mesmo, de um ridículo que já era ridículo há 150 anos. Meros exercícios de anacronismo e de futilidade, perderam o sentido, num tempo em que a reflexão filosófica se tornou muito numa busca de sentido. Inúteis por natureza, estão condenadas pelo tempo ao desaparecimento ou, pelo menos, à decrepitude.

Necessita-se, pois, de uma Maçonaria Reconstruída, capaz de enfrentar os difíceis combates do futuro com Esperança, pois, como escreveu Cunha Belém no final do seu drama, “E em tal empresa, fica-nos a esperança, (...) e com ela havemos de vencer, e por ela havemos de erguer bem puro altar à liberdade, que é o nosso anjo tutelar; porque a maçonaria irradia uma luz esplendida, que se chama a verdade, porque a maçonaria brande o facho deslumbrante da civilização, a que a asa negra do arcanjo das trevas, do espírito da reação não consegue sequer empanar o brilho”.

Joaquim Grave dos Santos



Carta a Eugène Varlin

De Lisboa, a 24 de Janeiro de 2021 para Paris, a 28 de Maio de 1871.

Caro companheiro Varlin¹,

Se receberes esta carta, instante de ficção, escrita em madrugada de insónia, quando a leres, se alguma vez a leres, quase tudo nela fará parte do passado. A história separou-nos por 150 anos. Vivo num país que se diz ser um estado social de direito democrático, “livre e igual”, tanto quanto possível. Em Democracia representativa, quando essa situação não se verifica temos a lei ou a autoridade, que do estado emana, para fazer cumprir e impor ao Povo o necessário caminho da “verdade” e do bem comum. Hoje, num Portugal confinado, que vive momentos de incerteza e de medo, fruto de um vírus, conhecido como COVID-19, mas não só, vamos uma vez mais, a votos para eleger o Presidente da República, aquele que nos simboliza e representa como nação, sim porque temos de ter sempre muros e fronteiras e quem nos simbolize e represente.

Chegaram-me notícias, que em Paris o silêncio, o medo e o sangue percorrem as novas avenidas e as velhas ruas, que a última “Barricada” deixou de resistir, que a bandeira vermelha que durante 72 dias ondulou no alto

¹ Louis Eugène Varlin (1839-1871), anarquista e sindicalista francês, communard, fuzilado em Montmartre, pelas tropas de Versalhes a 28 Maio, durante a Semana Sangrenta. Eugène Varlin não foi maçom, mas a sua memória é imortalizada no título distintivo de uma oficina do Grande Oriente de França, ao Oriente de Lyon - Villeurbanne - “Loge Eugène Varlin”.

do Hôtel de Ville foi retirada, que o sonho de uma República Social terá sido fuzilado frente a um muro. Fala-se de uma terrível semana sangrenta. Sejam quais forem as razões e os motivos, que os vencedores, a história, os que a escrevem e reescrevem vierem a apontar, e muitas serão certamente as explicações, haverá uma sempre esquecida e pouco falada, o medo das classes dominantes verem o mundo mudar a partir da base e esse medo será suficientemente forte para esmagar toda e qualquer intenção de construir uma sociedade mais livre, igual e justa.

Paris teve coragem, teve força, teve acção, organizou-se e seguiu a sua vontade e a sua utopia, fez o que alguns não recomendavam e outros não acreditavam ser possível. Tu, que conviveste com Karl Marx e Mikhail Bakunin, saberás de viva voz, o que eu tive conhecimento por terceiros, por cartas e comunicados. Que de início, em Setembro de 1870, após a derrota dos Franceses frente aos Prussianos, em Sedan, Marx desaconselhava ao proletariado Francês qualquer tentativa de insurreição, preferindo e recomendando uma atitude de acomodamento e de criação e organização de estruturas de classe². Já Bakunin, nunca acreditou na sublevação de Paris, e que seria pouco recomendada tendo o exército Prussiano acampado às portas da cidade; a insurreição deveria ser generalizada, e ocorrer nas grandes cidades de província e nos campos. Desiludido com os acontecimentos de Lyon, de Setembro de 1870, momento de insurreição falhado, no qual participou, retirou-se para a Suíça não sentindo no povo francês energia suficiente para a revolta social³.

Como homens políticos experientes, souberam permanecer expectantes e adaptar as suas palavras, à evolução dos acontecimentos, pelo que nenhum de nós dois se sentirá surpreendido que um deles, Marx claro está, tenha escrito pouco depois dos acontecimentos, a História da Comuna. Para ambos, Marx e Bakunin, ficou claro que a revolta, a insurreição, a desobediência, ou o que se queira chamar, não devia ocorrer em Paris. Hoje ambos sabemos que ocorreu e qual o desfecho final da mesma; neste particular tanto Marx como Bakunin tiveram razão; se erraram na previsão do local, acertaram no trágico desenlace final.

Caro Varlin, o que tu não sabes é que a Comuna deixou uma herança de símbolos e ideário que, 150 anos após, ainda agita pensamentos e assusta governos e estados. A bandeira vermelha, “pintada pelo sangue” de anteriores revoluções, que deu vida e ânimo à Comuna, tornou-se símbolo do socialismo e da classe trabalhadora mundial, será nome de Poema escrito por Paul Brousse⁴ que dirá:

**“Noble étandard du prolétaire
Des opprimés sois l'éclaireur.
À tous les peuples de la terre
Porte la paix et le bonheur!”**

2 Na proclamação que escreveu em 9 de Setembro de 1870 em nome do Conselho Geral da Internacional: “Que calma e resolutamente aproveitem as liberdades republicanas para proceder metodicamente à sua própria organização de classe”

3 Em carta datada de 23 de Outubro de 1870 dirá: “... já não tenho nenhuma fé na revolução em França. Este povo não é, de modo nenhum, revolucionário”.

4 Não participa dos acontecimentos da Comuna, mas é profundamente por ela influenciado, aderindo à corrente libertária.

Abrirá caminho a outras com o mesmo nome, como a muito conhecida “Bandera Rossa”, já no século XX. Esta mesma bandeira Vermelha acrescida de alguns símbolos, deu suporte a variadas revoluções de cariz socialista e popular, que em algum momento do seu percurso, perderam a pureza e o sentido dos ideais. Tornaram-se autoritárias, uma apodreceu por dentro e ruiu, outra, mantém-se viva, é símbolo mundial do “Capitalismo de Estado”, ironicamente admirada por países e sectores liberais e capitalistas. Porém, a canção, mais conhecida e simbólica, herança do espírito da Comuna - A Internacional - foi escrita, poucos dias após a Semana Sangrenta pelo teu companheiro Eugène Pottier⁵, musicada mais tarde por Pierre de Geyter (Belga, operário e anarquista) e cujo refrão diz:

**“C’est la lutte finale
Groupons-nous, et demain
L’Internationale
Sera le genre humain.”**

Canção do mundo, canção sem pátria, canção de todos, foi não poucas vezes verdadeiramente adulterada. Não há tempo, nem espaço, para aqui enviar evidências das diferenças, entre o poema original e as suas múltiplas versões, que são facilmente encontradas ao compararmos a letra do poema original com as outras versões. Fica claro que não se trata apenas de arranjos de tradução, nem do progresso do chamado estado social, muitas delas são claramente ideológicas. Quando me responderes me dirás, deixo-te apenas a título de exemplo duas pequenas estrofes, com versos propositadamente apagados da memória:

Esta:

**“Debout! les damnés de la terre!
Debout! les forçats de la faim!
La raison tonne en son cratère,
C’est l’éruption de la fin.
Du passé faisons table rase,
Foule esclave, debout! debout!
Le monde va changer de base:
Nous ne sommes rien, soyons tout!”**

E esta:

**“L’Etat comprime e la Loi triche,
L’impôt saigne le malheureux
Nul devoir ne s’impose au riche,
Le droit du pauvre est un mot creux.
C’est assez languir en tutelle,
L’Egalité veut d’autres lois
Pas de droits sans devoirs dit-elle,
Egaux, pas de devoirs sans droits!”**



⁵ Poeta, operário e militante anarquista Francês.

Da vossa esperança, da vossa coragem, do vosso sangue, chegou até aos dias de hoje a história de um muro, “Le mur de Fédérés”, onde pelo menos 147 Communards foram fuzilados a 28 de Maio de 1871. Os vencedores dirão que se terá feito justiça, mas estranha é a justiça nas palavras de um capitão, têm sabor e cheiro à pólvora negra da vingança.



Victimes des révolutions, Paul Moreau-Vauthier, Paris, 1909

***“Au mur disait le capitaine
La bouche plaine et buvant dur
Au mur”***

Os vencedores, não demoram a fazer erigir os seus Monumentos, sejam eles para celebrar ou não vitórias. Versailles assim o fez, em 1873 ao decidir mandar construir a basílica “Le Sacré-Cœur” no alto de Montmartre, lugar de violentos acontecimentos durante a chamada “Semana Sangrenta”, decisão que se ainda hoje, não dividir os teus contemporâneos parisienses, pelo menos ainda faz ouvir, de tempo a tempo, vozes discordantes tanto mais que que a construção desta catedral terá sido financiada com dinheiro recolhido por toda a França, menos em Paris.

Há feridas que não se apagam em dois anos, nem mesmo em 150, pelo que será natural que se volte a fazer ouvir, em 2021, vozes que apelem à demolição da Basílica. Sejam pragmáticos e realistas, se não ocorreu já não ocorrerá. Paris há muito que não é uma cidade proletária, nem industrial, Paris é luz, charme, negócio, e o Sacré-Coeur um dos monumentos mais visitados gerando receitas certamente simpáticas de que ninguém querará abdicar.

Diz a Nicolas “tout ça n'empêch`pas... qu`la Commune n`est pas morte!”, o seu ideário perdura, inspirou a maioria dos movimentos revolucionários que se lhe

seguiram e mesmo que algum do ideário tenha sido abandonado ou apagado, algum outro foi incorporado em muitas das sociedades actuais:

- A jornada de 8 horas de trabalho diário, foi conquistada.*
- Os sindicatos estão legalizados, não obstante cada vez menos reivindicativos.*
- O estado e a Igreja foram separados.*
- A educação tornou-se gratuita, laica, há escolas nocturnas e mistas.*
- A proibição do trabalho nocturno dos Padeiros. Devo-te dizer, que em Portugal, durante o período Revolucionário de 1974-1975, foi adoptada esta medida⁶. Por cá a aceitação não obteve consenso e gerou debate popular.*

Permanecem ainda em aberto e sem desfecho à vista temas como:

- O internacionalismo está na ordem do dia. Se para a Comuna a nacionalidade dos seus membros era indiferente, já nos dias actuais é tema sensível mesmo nas sociedades ditas democráticas.*
- A Pena de Morte, abolida durante os dias da Comuna, foi igualmente abolida em muitos Países, embora existam tentativas de a fazer ressurgir.*
- As relações entre homens e mulheres que a comuna igualizou, permanece ainda hoje tema com resolução em aberto.*

Não obstante alguns dos grandes feitos da Comuna, como a autogestão, a democracia directa, uma sociedade livre e igual, estejam ainda longe de ser alcançados, o facto é que a Comuna, nos 72 dias que durou produziu bem mais que muitos Países e Governos em dezenas de anos. Dirão muitos que assim é em períodos de desconstrução e reconstrução, mas a esses é preciso recordar que tanto o modelo como a organização não devem nem poder ser negligenciados nas dinâmicas do progresso.

Se a Comuna tivesse triunfado, que teria sucedido? Teriam os diferentes grupos existentes no seu interior, Jacobinos, Blanquistas, Libertários, sido capaz de um entendimento construtivo? Terão razão os que defendem que o sucesso da Comuna foi apenas resultado do seu curto período de duração, não permitindo a consolidação de clivagens e divergências internas? São perguntas para as quais não teremos resposta. A Comuna ficará para a história como a primeira revolução global com cariz social, inspiradora da maior parte dos movimentos revolucionários que se lhe seguiram, e que trouxe à luz do dia a possibilidade de um novo modelo social de cariz libertário não autoritário. Não triunfou é certo, mas algum do seu património de princípios e valores, vieram a ser incorporados na sociedade actual. Talvez por isso, a Comuna seja, nos dias actuais, classificada na categoria dos mitos e das utopias, muitos a celebram, mas poucos desejam realizar ou ver realizado o que os Communards fizeram.

Caro Varlin haverá outras Comunas...

Saúdo-te fraternalmente.

M.B.

⁶ No dia 14 de Outubro de 1975, decorreu um encontro entre os representantes do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Panificação e o ministro do Trabalho, com o objectivo de chegar a um acordo sobre o novo horário dos padeiros, tendo os profissionais desta indústria decidido, em plenário, não trabalhar durante a noite. O Conselho de Ministros decidiu não aceitar a proposta. No dia 20, contrariando a decisão do Conselho da Revolução, os padeiros começaram a trabalhar das 09h00 às 14h00 e das 17h00 às 20h00.

RITO FRANCÊS

Reflexões sobre o Rito Francês

Voluntariamente não se estabelece uma distinção entre os planos maçônicos simbólico e filosófico, dado que o Rito Francês forma um continuum coerente, desprovido de contradições e de mudanças de direção, composto por sete níveis sucessivos, complementares e linearmente organizados. Assim por exemplo, não conta *graus* de vingança que deveria abandonar depois, e preconiza *ab initio* a Justiça; também não contém “*revelações*” alegadamente inacessíveis à maioria, à semelhança do que se passa com o Soberano Príncipe Rosa-Cruz e com o Cavaleiro Kadosh, do REAA.

Neste Rito os planos simbólico e filosófico são duas componentes simultaneamente antagónicas e complementares à semelhança da imagem refletida por um espelho, ou da relação dialética entre solstício e equinócio – e o terceiro elemento, a Vida, que os transcende.

O historial do Rito Francês é hoje sobejamente conhecido, da sua chegada a França pela mão dos exilados Escoceses “Modernos” Jacobitas (refiro-me obviamente aos derrotados partidários de Jaime II) e posterior difusão pela Europa oitocentista e respetivos impérios coloniais, passando pelo declínio da prática das Ordens de Sabedoria e sua preservação no Conservatório dos Ritos do GODE, até à sua refundação nesta mesma Obediência em 1999 e à sua atual pujança e crescente disseminação planetária.

Assim, não faz sentido discutir a sua legitimidade, nem insistir sobre uma anterioridade historicamente comprovada, mas que não constitui mais-valia e apenas alimenta uma competição imbecil com outros ritos, isto é,

com outras sensibilidades e percursos igualmente legítimos e que se inserem no património comum.

O Rito Francês é terreno, desprovido de metafísica e de transcendência, na linha direta do “*sapere aude*” kantiano.

Rito de desassossego e de procura com forte componente libertária, que a gradual desafetação ao longo do século XIX preservou das influências e acrescentos apócrifos característicos da procura de status e de legitimidade social por parte de uma burguesia próspera, enriquecida pela revolução industrial e preocupada em distinguir-se do *vulgum pecus*.

A única elevação proposta pelo Rito francês é acima de si próprio, segundo a perspectiva nietzschiana de ultrapassar os próprios limites: “*para se fazer grandes coisas não há que ser um grande génio; não se trata de estar acima dos outros, mas de estar entre e com eles*”, afirmava já o Ir.: Charles de Montesquieu no século XVIII.

É nesta perspetiva que a quinta ordem, exterior ao percurso de 3+4 à semelhança do terceiro passo do aprendiz, tem o branco por cor simbólica e é virada para o exterior: análise e estudo de todas as variantes do rito francês, análise e estudo do património global da maçonaria em todos os seus ritos, graus e ordens e imersão direta no templo exterior da melhoria da humanidade, *hic et nunc*.

O Rito Francês é triangular e não piramidal: o Sublime Filósofo Desconhecido, titular da terceira arca da quinta ordem em nada é superior ao Aprendiz: são iguais e Irmãos por terem visto a *Luz*, isto é, *por serem iniciados* – tão-só.



A única hierarquia existente no Rito Francês é funcional e resulta de eleições democráticas e transparentes na Loja, na Grande Dieta, no Capítulo e no Congresso. Sem instâncias secretas, nem desígnios superiores.

Foi esta aliás a razão que levou Napoleão Bonaparte, judiciosamente aconselhado pelo Príncipe Cambacères, Grão-Mestre e Soberano Comendador do GODF a, em todos os países conquistados, impor como soberano, rei ou imperador, um familiar seu, como Grão-Mestre um general do seu exército, e a apoiar um rito diferente, menos libertário e mais hierarquizado, piramidal e não triangular, que estabelecesse hierarquias e preconizasse a respetiva autoridade.

Os *fumos da Índia* na maçonaria ainda hoje se manifestam por títulos e apelações grandiloquentes, formulações bem-sonantes e ocas, e por filiações absurdas que surgiram quando a nobreza se afastou e a burguesia a investiu: a multidão de alegados Soberanos, Príncipes, Comendadores, Cavaleiros, Grandes isto e Ilustres aquilo, ultrapassa a realidade de qualquer monarquia europeia, incluindo a corte de Luís XIV.

Refiro-me ao apócrifo e folclórico fundo musical de certas entradas solenes, que tem por único paralelismo conhecido a entrada no

estádio da seleção escocesa de rugby por altura do Torneio das Seis Nações, o mesmo se podendo dizer da “filiação espiritual” dos templários alegadamente grandes humanistas não obstante o respetivo desempenho nas cruzadas...

Embora não totalmente, o Rito Francês foi bastante preservado desta epidemia de preciosismo arrivista: por exemplo, é-se recebido mestre, e não exaltado ao mestrado. É um rito de rigor e de modéstia, desprovido de exibicionismo, porventura o menos narcísico da maçonaria. Nele não existem “misteriosos mistérios” e não se pratica a camuflagem da própria insuficiência pretextando uma pretensa hierarquia.:

“bate à porta e abrem-ta, pergunta e respondem-te”.

Preservemo-lo sob esta forma, meus Irmãos: assim poderemos manter nos *passos perdidos os metais* tão sofregamente procurados pelos recalcados da vida profana, pelos exibicionistas grandiloquentes e pelos arrivistas sectários, todos apostados em retomar as *guerras do alecrim e da manjerona*, numa estéril competição de egos que nada traz à Humanidade.

P. G.



Portugal entre Colunas

Gomes Freire de Andrade Lisboa

Quem desce a Rua Gomes Freire em direção ao Campo dos Mártires da Pátria (Campo Santana), encontra num pequeno jardim triangular na confluência com a Rua Dona Estefânia, um modesto monumento a um Homem grande do nosso país. Inaugurado a 18 de outubro de 2003, exatamente 186 anos após a sua morte, foi projetado pelo Arquiteto Luis Conceição, tendo o busto em bronze sido modulado pelo escultor Francisco Simões e oferecido à cidade de Lisboa, pelo Grande Oriente Lusitano. Na sua inauguração, esteve presente o nosso saudoso Grão-Mestre António Arnaut e outras individualidades da Câmara Municipal de Lisboa. O conjunto está repleto de simbologia maçónica, destacando-se o chão onde assenta o pedestal, que é composto por mosaicos pretos e brancos, tal e qual o chão de um Templo Maçónico, representando a diversidade entre iguais.

Na parede de fundo, um compasso estilizado, representando a verdade. O busto, representando Gomes Freire de Andrade, com dupla simbologia Maçónica e Militar, onde se podem ver uma veste militar com dragonas de Oficial General e colar Maçónico de Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano. Ostenta, igualmente, duas condecorações de que era detentor, uma a de Cavaleiro da Ordem de Cristo, que lhe tinha sido outorgada aos 24 anos e a Ordem de S. Jorge (4ª Classe de oficial superior), esta última atribuída em 1790 pela Imperatriz Catarina II, pela sua participação na guerra Russa-Turca.

Mas quem era Gomes Freire de Andrade?

Este era filho de António Ambrósio Pereira Freire de Andrade e Castro, embaixador representante de Portugal junto da coroa Austríaca e de Maria Anna Elisabeth nobre da corte da Boémia. Nasce por isso em Viena, em 27 de janeiro de 1757. Teve assim, Gomes Freire uma educação, muito semelhante aos jovens nobres da corte Austríaca. Desenvolveu as suas aptidões no



campo militar e ao regressar a Portugal ingressou no Exército, como cadete no regimento de Infantaria de Peniche, sendo promovido a Alferes em 1782. A Europa, durante a sua vida adulta, atravessou um período conturbado de guerras e alianças, que marcariam a sua conduta de guerreiro e líder exemplar, que nas diversas batalhas em que participou, pelo seu heroísmo e empenho, granjeou respeito e reconhecimento.

Após a sua entrada no exército, transitou por um curto período pela Armada Real, onde fez carreira Naval, como Guarda Marinha, embarcando em 1784 na esquadra que auxiliou a Espanha no bombardeamento de Agel, sendo no final promovido a Tenente da Armada. De regresso a Lisboa, ingressou novamente no exército e no seu antigo regimento, no posto de Major, pedindo de seguida licença para servir como voluntário no exército de Catarina II da Rússia, onde permaneceu entre 1788 e 1790, participando na guerra contra os Turcos e mais tarde na guerra contra a Suécia. Findo o seu destacamento na Rússia, integrou o exército Prussiano (1792 a 1793), onde participaria na guerra contra a França.

De regresso ao exército Português, participaria igualmente, na Campanhado Rossilhão entre 1793 e 1795, em que Portugal apoiou a Espanha na luta contra a França. Participou na guerra da Laranjas, em que Portugal, quando fomos invadidos por Franceses aliados aos Espanhóis em 1801, tendo como responsabilidade de organizar a defesa como Marechal de Campo. Mais tarde, após a invasão de Junot, foi formada a Legião Portuguesa, em que Gomes Freire, participou como 2º comandante e que foi colocada ao serviço de Napoleão entre 1808 e 1814.

Em 1809, parte da guarnição foi colocada na Alemanha e Gomes Freire foi destacado para a Suíça com uma pequena guarnição. Em 1810 os franceses preparavam a 3ª invasão a Portugal, pelo que se recusou a acompanhar Massena nesta campanha, acabando por ficar na base depósito da Legião em Grenoble. Entre 1812 e 1815 assistiu à retirada do exército Francês na Rússia. Passou por Dresden, onde foi governador. Em Leipzig, assistiu à batalha das nações e à retirada dos Franceses. Em 1815, regressou finalmente a Portugal, depois de passar por França e daí para a Grã-Bretanha, embarcando para o destino final na Irlanda. Em Portugal, depois de ter estado preso, acabou por ser reabilitado e reintegrado no exército.

Gomes Freire, foi iniciado na Maçonaria antes de 1785, provavelmente em Viena na Loja Zur gekrönten Hoffnung (À Esperança Coroada), a cujo quadro pertencia, juntamente com Mozart. Em Portugal, pertenceu à Loja Regeneração da qual foi Venerável Mestre. Sendo um maçom de prestígio, reuniu na sua casa a grande assembleia que levou à organização definitiva da maçonaria em Portugal, com a criação do Grande Oriente Lusitano, em 1802, sendo eleito como um dos principais dignitários. Fez parte igualmente, da Loja Militar Portuguesa Chevaliers de la Croix (Cavaleiros da Cruz) instalada em Grenoble entre 1808 e 1813. Em 1815 seria eleito Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano, sendo o 5º a ocupar este cargo, vindo a tomar posse em 1816 e desempenhando o cargo até à sua morte em 1817.

Como é que um homem, como Gomes Freire, prestigiado e com um historial de vida a todos os títulos excepcional é condenado à morte?

Na sequência das invasões Francesas, D. João VI, estabelece a sua corte no Rio de Janeiro. Em Portugal, fica a governar o país uma junta de Regência. A ajuda militar inglesa que nos ajudou a derrotar os franceses, estabelece um comando militar em Lisboa, comandado pelo Marechal Inglês Beresford, que assume igualmente o comando do exército português. Vivia-se ao tempo, sob regime absolutista, com uma forte influência da inquisição da Igreja Católica.

Gomes Freire, homem prestigiado, partidário das ideias liberais, foi naturalmente encarado como chefe de um movimento contra a influência Inglesa e o regime absolutista. Em maio de 1817, através de falsas denúncias, foi detido, preso e tratado como criminoso. A acusação formal, era de querer substituir o Rei, pelo Duque do Cadaval. Embora, não tivesse participado efetivamente em qualquer conspiração, foi submetido a um simulacro de julgamento, com diversos acusados. No final foi sentenciado a morte por enforcamento. Não havendo apelo possível, pediu, como militar, para ser fuzilado, o que lhe foi negado. A execução da pena teve lugar no dia 18 de outubro de 1817, junto ao forte de S. Julião da Barra em Oeiras, sendo posteriormente queimado e os restos mortais lançados ao Tejo.

Após este execrável desfecho, Beresford deslocou-se ao Brasil, para pedir mais poderes e no regresso foi impedido de desembarcar em Lisboa. Todo o processo, tinha criado uma revolta contra a Regência e intensificado os sentimentos antibritânicos. Esta situação, acabou por levar à Revolução do Porto de 1820 e à queda de Beresford. O liberalismo acabaria por vencer.

Raul Brandão, a propósito de Gomes Freire escreveu *“foi um general sem medo, tinha o coração ao pé da boca e dizia o que pensava, quando todos se calavam”*.

António Gargaté



DEGUSTAÇÕES

Recensão

“1717 L’initiation de la franc-maçonnerie Rétablissement d’une vérité historique”

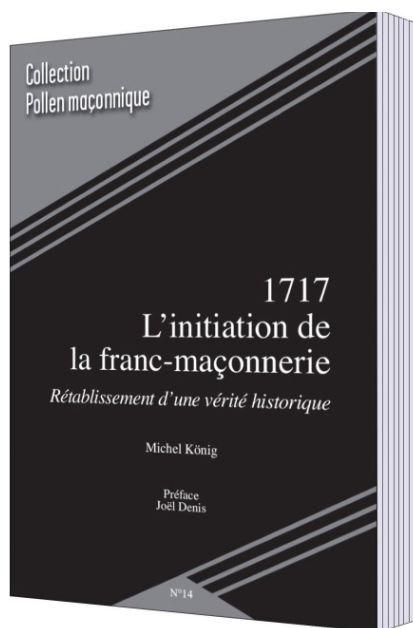
de Michel König, com Prefácio de Joël Denis

Em maio de 2017 foi editado, com o nº 14 da “Collection Pollen maçonnique” (Conform edition, Paris), o livro “1717 L’initiation de la franc-maçonnerie Rétablissement d’une vérité historique” da autoria do Irmão Michel König, antigo Mui Sábio e Perfeito Mestre do Soberano Capítulo “L’Age d’Homme”, ao Vale de Lyon, do Grand Chapitre General Rite Français - G.O.F. Esta obra é prefaciada pelo Irmão Joël Denis, Grande Oficial da mesma Jurisdição, com o pelouro da Cultura e das relações com o IDERM (Instituto de Estudos Maçónicos).

No presente livro, o Irmão Michel König aborda os paradigmas intelectuais e políticos, que permitiram a emancipação necessária ao aparecimento da primeira Grande Loja, na sua opinião, em 1717. O autor enfatiza, pois, as influências do pensamento filosófico dos Empiristas (Francis Bacon, John Lock) e, do Iluminismo Científico de Isaac Newton, na construção da identidade da Maçonaria dos Modernos, salientando os fatores políticos associados ao conflito Stuart-Hannover, que opôs a Monarquia Britânica, às Monarquias Absolutistas Continentais, e ao Papado.

Dado que a História também é fruto de intervenções individuais, aborda igualmente as principais personagens ligadas à fundação da Maçonaria Moderna, sustentando o envolvimento direto de Isaac Newton, então Presidente da Royal Society, neste processo. Para tal, realiza uma espécie de inquérito quase policial, no qual elenca um conjunto de provas que, na sua opinião,

evidenciam este papel de mentor, que ele atribui ao reputado cientista. A criação da Primeira Grande Loja, a partir da Loja que reunia na “The Rummer and Grapes”, em Whitechapel, impulsionada por John Theophilus Desagulier e George Payne, seria assim um projeto de difusão das ideias contidas na Filosofia Natural, de Isaac Newton, baseadas na Razão, na demonstração experimental, e na Tolerância Religiosa.



Para ilustrar bem estas ideias, Michel König conclui o seu livro, com um diálogo imaginado entre Newton e Desaguliers, no qual através de uma inteligente maiêutica, quase socrática, resulta clara a tese que pretende defender, com este livro. A mesma suscitou, da parte de Joël Denis, este comentário, que se encontra plasmado no seu Prefácio:

“Não é estranho que o autor enumere, numa demonstração inovadora, as sete provas (assim como existem sete graus no Rito Francês) da implicação de Newton na fundação da primeira Grande Loja. Este livro é também a ilustração da importância histórica do Rito Francês diretamente proveniente desta tradição e que é a coluna vertebral, o ADN do Grande Oriente de França”.

Trata-se, pois, de um livro interessante e, útil para a compreensão das ideias que inspiraram as “Charges” das Constituições de 1723, que pode ser adquirido através do site da “Conform Édition”.

Joaquim Grave dos Santos

Recensão

“Commune de Paris et franc-maçonnerie ou les rendez-vous du 1er mai”

de Pascal Joseph, com Prefácio de Philippe Foussier

Em novembro de 2019 foi editado, com o nº 19 da “Collection Pollen maçonnique” (Conform Édition, Paris), o livro “Commune de Paris et franc-maçonnerie ou les rendez-vous du 1er mai” de autoria do Irmão Pascal Joseph, antigo adjunto do “Maire” do XXe arrondissement (Paris), entre 2008 e 2014, com os pelouros da Memória, do Mundo Combatente, da Prevenção e Segurança, e da Defesa. Iniciado em 1994, no Direito Humano, Pascal Joseph tornou-se membro do Grande Oriente de França, em 2002, para participar no projeto de fundação de uma Loja que, à época, já aspirava em ser mista. Esta obra é prefaciada pelo Irmão Philippe Foussier, antigo Grão-Mestre do GOdF.

O XXe arrondissement (a Colina Vermelha) tem uma ligação histórica profunda à Comuna de Paris. Não só foi o seu “Maire” Gabriel Ranvier (1828-1879) quem, em 28 de março de 1871, na Praça do Município, proclamou a Comuna, como é neste departamento que se localiza o cemitério “Père-Lachaise”, no qual ocorreram violentos combates, que culminaram a “Semana Sangrenta” (21 a 28 de maio de 1871), e no qual 147 Federados sobreviventes foram fuzilados pelas tropas de Versailles.

Desde o Grão-Mestrado de Philippe Guglielmi, todos os anos, no 1º de maio, o Grande Oriente tem organizado continuamente uma romagem, à qual se associam as outras Obediências Maçônicas, denomina “Rassemblement pour la République, pour la Laïcité, pour rendre Hom-

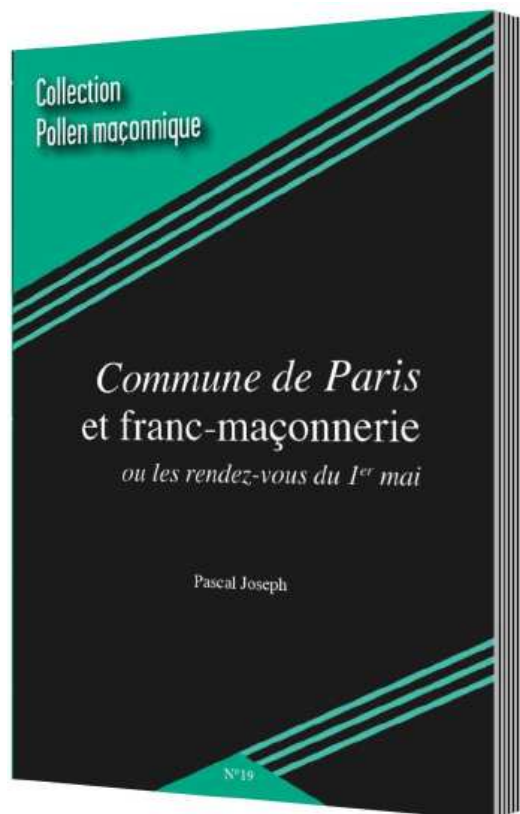
mage aux Martyrs de la Commune de Paris”. São momentos marcantes, vividos por Irmãos e Irmãs que, Fraternalmente e decorados com as suas faixas de Mestre, fazem sair dos Templos os velhos Estandartes das Lojas, à semelhança do que ocorreu na inesquecível jornada de 29 de abril de 1871, na qual 55 Lojas de Paris saíram à rua para manifestar o seu apoio à Comuna. Na sua qualidade de adjunto do “Maire”, coube a Pascal Joseph, discursar junto ao Muro dos Federados, ao lado dos Grão-Mestres presentes, nas romagens realizadas entre 2008 e 2013.

São os seus discursos dessas jornadas, que compõem o presente livro. Tratam-se de discursos inflamados, em prol dos valores Republicanos mas também com profunda conotação Maçônica, que fazem Philippe Foussier, em síntese, concluir o seu prefácio com esta incitação “...Então, sim, para estar à altura do combate de todos estes magníficos heróis, célebres ou desconhecidos, que se bateram pela sua Liberdade e pela nossa, pela sua emancipação e pela nossa, estes “artesãos do progresso social” (...) mais do que nunca trabalhe-

mos à concretização da República social e universal.

No seu discurso de 2013, Pascal Joseph dirigia-nos uma recomendação que retomo voluntariamente por minha conta. Sejamos franco-maçons “aos postos avançados!...”.

Recordando-me da tradicional evocação da República, realizada todos os cincos de outubro, na





Estátua de António José de Almeida, em Lisboa, atento ao último ano (2020), não posso deixar de citar um excerto do discurso de Pascal Joseph, proferido em 2009:

“...Não nós não estamos surpreendidos que a República seja atacada. Mas fiquemos, no entanto, surpreendidos que ela não seja defendida mais ardentemente e que ela não seja proclamada mais energicamente! E aí está o nosso dever, o nosso dever comum...”

Joaquim Grave dos Santos

Edição disponível Conform Edition
<https://conform-edit.com>



Recensão

“Communisme et franc-maçonnerie ou la 22ème condition...”

de Denis Lefebvre

Livro da autoria de Denis Lefebvre, jornalista francês e ex-editor-chefe das publicações “BEAR” e diretor da “Histoire(s) Socialiste(s)”. Presidente, desde 1996, do “Centre Guy Mollet” e, desde 1992, que ocupa o lugar de Secretário Geral do “Office Universitaire de Recherche Socialiste”. Em 2003, fundou a coleção “L’Encyclopédie du Socialisme”, da qual ainda hoje é responsável.

Desde aquela data, esta coleção publicou cerca de quarenta obras, que inclui biografias, ensaios contemporâneos e históricos como múltiplas coletâneas de textos selecionados. Continuamente, é colaborador em várias publicações, nomeadamente, na “Gavroche”, “Communes de France”, “Historia”, “La Chaîne d’Union”, “Humanisme”, “L’Idée libre” e “Franc-Maçonnerie Magazine”, nas quais publica crónicas literárias e ensaios históricos. Os seus livros, artigos e palestras cobrem dois campos principais: a história do socialismo e a da Maçonaria.

No seu livro, o autor leva-nos a analisar os eventos históricos ocorridos entre a Maçonaria francesa e os primeiros anos da Internacional Comunista, fundada em 1919. Como ponto de partida, o leitor tem de ter presente as vinte e uma condições idealizadas por Vladimir Lenin, adotadas no 2º Congresso da Internacional Comunista em 1920, cuja obediência incondicional se apresentava como condição *sine qua non* a todos os partidos que pretendessem aderir àquela organização comunista. Assim, Denis Lefebvre, expõe as divergências existentes entre a Comintern e a Maçonaria em França, mas sobretudo, a cisão

que ocorreu entre Irmãos, militantes do Partido Comunista Francês (PCF), que se viram repartidos entre o seu juramento iniciático enquanto Homens livres e a obediência à ideologia e dogmática partidária.

Com o discurso de Leon Trotsky, no 4º Congresso, os Irmãos militantes do PCF escutam de forma clara e final, a posição de Moscovo:

“A Internacional considera como indispensável meter fim, de uma vez por todas, as ligações comprometedoras e desmoralizantes da cabeça do Partido Comunista com organizações políticas da burguesia.

A honra do proletariado de França, exige que se purguem todas as organizações que queiram pertencer aos dois lados”.

Uma 22ª condição?

A revolução e não a reforma! Obediência ao partido e o fim ao livre pensamento! Através de histórias de

Irmãos, como André Marty e de profanos como Jean Jaurès, socialista e fundador do jornal “L’Humanité”, o autor revela alguns dos episódios marcantes daquela época. Leitura imprescindível e valiosa desta edição da “Collection Pollen maçonnique”.

João G.

Edição disponível Conform Edition
<https://conform-edit.com>

